



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO
TURVO**

ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Lino dos Santos, s/nº - Jardim Canaã - Fones (14) 3375-9500 - CEP 18935-000
CNPJ/MF 57.264.509/0001-69

Espírito Santo do Turvo - SP, de 02 de março de 2017.

Ofício JUR nº 23/2017

À
Câmara Municipal de Espírito Santo do Turvo
Excelentíssima Senhora Presidenta

Objeto: Encaminha Projeto de Lei Complementar

Senhor Presidente e Nobres Edis,

Venho, pelo presente, encaminhar a essa digna CÂMARA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO TURVO para apreciação do Projeto de Lei Complementar que "Autoriza o Poder Executivo a contribuir com 100% (cem por cento) do valor das despesas com transportes de estudantes universitários do Município de Espírito Santo do Turvo para outras localidades, e dá outras providências".

A Constituição Federal assegura o direito da à educação em seus artigos 205, 206 e 208:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

Câmara Municipal de Espírito Santo do Turvo
www.camaraespiritosantodoturvo.sp.gov.br



Protocolo N.º 0007-2017
Projeto de Lei Comp. do Executivo 0006-2017
02/03/2017 16:05:15

Geizmaria de Oliveira Polito



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO
TURVO**

ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Lino dos Santos, s/nº - Jardim Canaã - Fones (14) 3375-9500 - CEP 18935-000
CNPJ/MF 57.264.509/0001-69

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

Nesta esteira, o Município, parte integrante do pacto federativo entre os entes públicos, tem a obrigação de dispor de forma organizada com Estado e União, regime de colaboração seus sistemas de ensino bem como assegurar o transporte dos alunos aos locais onde não é assegurado estabelecimentos de ensino nos níveis acima da educação obrigatória.

E, a atuação dos Municípios atenderão prioritariamente o ensino fundamental e a educação infantil.

Já a Lei nº 9394/96, estabelece em seu artigo 4º ser dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um, sendo que em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

Ainda, será considerado, nos termos do artigo 70 da supra mencionada lei, como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Assim a própria Lei Orgânica do Município de Espírito Santo do Turvo, em seus artigos 181 e 183.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO
TURVO**

ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Lino dos Santos, s/nº - Jardim Canaã - Fones (14) 3375-9500 - CEP 18935-000
CNPJ/MF 57.264.509/0001-69

03

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para apresentar nossos protestos de consideração e distinto apreço.

Atenciosamente,


AFONSO NASCIMENTO NETO
Prefeito Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO
TURVO**

ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Lino dos Santos, s/nº - Jardim Canaã - Fones (14) 3375-9500 - CEP 18935-000
CNPJ/MF 57.264.509/0001-69

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 06, DE 06 DE maio DE
2017.**

"Autoriza o Poder Executivo a contribuir com 100% (cem por cento) do valor das despesas com transportes de estudantes universitários do Município de Espírito Santo do Turvo para outras localidades, e dá outras providências".

AFONSO NASCIMENTO NETO, Prefeito Municipal de Espírito Santo do Turvo, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, **faz saber** que a CÂMARA MUNICIPAL aprova e **ELE** sanciona e promulga a seguinte **Lei**:

Artigo 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir com 100% (cem por cento) do valor das despesas com transporte de estudantes universitários, de nível técnico ou profissionalizante do Município de Espírito Santo do Turvo que preencham os requisitos desta Lei, a fim de cursarem as unidades de nível de ensino no período noturno, nas cidades de Bauru - SP, Santa Cruz do Rio Pardo - SP e Ourinhos - SP desde que e de acordo com as disponibilidades estruturais(materiais), financeiras e orçamentárias da Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Turvo.

Parágrafo único. O custeio previsto no *caput* poderá ser executado através de veículos próprios do Poder Executivo ou por Terceiros, mediante contratação específica e exclusiva do Poder Executivo.

Artigo 2º. Os benefícios previstos no artigo 1º. somente serão concedidos a estudantes residentes no Município de Espírito Santo do Turvo e que preencham os demais requisitos previstos nesta lei e para os cursos não existentes no Município de Espírito Santo do Turvo, bem como nos horários e locais previamente determinados pela Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O período compreendido pelo transporte definido no artigo 1º será o período do calendário escolar, incluindo-se o período de provas finais.

Artigo 3º. Para fazer jus ao custeio de 100% (cem por cento) do valor das despesas de transporte a que se refere esta Lei, o estudante deverá:

I - Comprovar matrícula em curso superior ou técnico ou profissionalizante de qualquer área, em faculdade, universidade ou unidade



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO
TURVO**

ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Lino dos Santos, s/nº - Jardim Canaã - Fones (14) 3375-9500 - CEP 18935-000
CNPJ/MF 57.264.509/0001-69

05

I - Comprovar matrícula em curso superior ou técnico ou profissionalizante de qualquer área, em faculdade, universidade ou unidade educacional de nível técnico, profissionalizante ou superior, situada nas cidades indicadas no *caput* do artigo 1º;

II - Semestralmente, em data a ser fixada pela Secretaria Municipal de Educação, apresentar Certidão ou Declaração Escolar que demonstra a frequência regular de no mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas, sob pena de perda do direito, o qual somente poderá ser reivindicado para o próximo ano letivo subsequente à perda;

III - Apresentar requerimento escrito e específico para a obtenção do benefício;

IV - Participar das Campanhas Sociais promovidas pelo Poder Executivo Municipal, suas Secretarias ou Entidades Sociais quando devidamente convocados a participarem.

Parágrafo Único. Para a comprovação de residência, matrícula e frequência pode a Secretaria Municipal de Educação utilizar-se de visitas, relatórios, laudos, pareceres, requisições e outros expedientes legalmente permitidos, bem como valer-se dos demais órgãos da Administração Municipal.

Artigo 4º. Posteriormente ao preenchimento de todos os requisitos previstos nesta Lei e ao atendimento dos estudantes por ela beneficiados, eventuais vagas remanescentes em ônibus ou veículos que realizem o transporte poderão ser utilizadas por estudantes na seguinte ordem de preferência:

I - matriculados em escolas/cursos técnicos profissionalizantes que não contemplem a equiparação a graduação em nível médio;

II - matriculados em cursos preparatórios para vestibular;

III - matriculados em escolas de ensino médio.

Parágrafo Único. Aplicam-se aos casos previstos neste artigo as disposições em contidas no artigo 3º desta Lei.

Artigo 5º. Cada linha de transporte deverá eleger uma Comissão formada por 3 (três) estudantes regulares, eleitos pela maioria dos alunos, Comissão esta que os representarão e serão os intermediadores entre estudantes e o Poder Público Municipal e vice-versa.

Artigo 6º. As despesas decorrente da execução da presente Lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Artigo 7º. O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei se necessário.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO
TURVO**

ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Lino dos Santos, s/nº - Jardim Canaã - Fones (14) 3375-9500 - CEP 18935-000
CNPJ/MF 57.264.509/0001-69

4
06

Artigo 8º. A disponibilidade e o preenchimento de vagas para o transporte de estudantes técnicos, profissionalizantes ou universitários de que trata esta Lei serão efetuados por ordem de inscrição do estudante, junto à Secretaria Municipal de Educação, durante prazo determinado;

Artigo 9º. A quantidade de vagas disponibilizadas para o transporte universitário será definida de acordo com número de estudantes que cumprirem o disposto no artigo 3º desta Lei e de acordo com as disponibilidades financeiras e orçamentárias da Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Turvo, inclusive em período diverso do noturno.

Artigo 10º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2009, ficando revogada a Lei nº 079, de 13 de março de 1996.

Registre-se e publique-se por afixação.

P. M. Espírito Santo do Turvo - SP, __ de março de 2017.


AFONSO NASCIMENTO NETO
Prefeito Municipal